

Comissão enviará à Procuradoria apenas íntegras de depoimentos

por Mariana Monteiro
de Brasília

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investiga desvios de verba no Orçamento da União, decidiu ontem, depois de uma reunião fechada de quase quatro horas, remeter à Procuradoria Geral da República apenas as íntegras dos depoimentos até agora prestados à Comissão e que poderão servir de base a um futuro pedido de indisponibilidade dos bens dos parlamentares e empresas envolvidas.

De acordo com o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, os documentos resultantes das quebras de sigilo bancário e fiscal dos envolvidos nas denúncias de desvio de verbas do Orçamento não serão enviados ao Ministério Público nesta fase.

A CPI decidiu, ainda, quebrar os sigilos fiscal e bancário das empresas dos deputados Manoel Moreira (PMDB-SP) e José Geraldo (PMDB-MG). O presidente da Comissão, senador Jarbas Passarinho, informou ainda que a CPI vai marcar datas para o comparecimento de empreiteiras às subcomissões, mas que nesta fase estas empresas não serão ouvidas no plenário.

A decisão de enviar à Procuradoria Geral da República os depoimentos colhidos até agora foi a saída encontrada para divergências surgidas na comissão com relação a um requerimento feito ontem pelos senadores José Paulo Bisol (PSB-RS) e Luiz Alberto Martins de Oliveira (PTB-PR) pedindo o encaminhamento, ao Ministério Público, de todos os documentos coletados até agora pela CPI.

Alguns parlamentares entenderam que o envio dos documentos relativos à queda dos sigilos fiscal e bancário de todos os parlamentares poderia ser interpretado como um prejulgamento por parte da comissão. "Não podemos transformar isso numa cortê hitlerista", chegou a comparar o presidente Jarbas Passarinho. A CPI oficiali-

za hoje a decisão de remeter apenas os depoimentos à Procuradoria Geral da República.

INDICIAMENTO

Ficou acertado em reunião pela manhã entre o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, e o presidente da comissão, Jarbas Passarinho, que os procuradores que estão acompanhando os trabalhos da comissão terão livre acesso a todos os documentos da CPI, contanto que a análise seja feita dentro do Congresso Nacional. Com base nos documentos, o procurador geral pretende pedir a indisponibilidade dos bens daqueles casos em que já existam "indícios veementes" da proveniência ilícita dos bens.

As empresas dos deputados Manoel Moreira e José Geraldo, que terão seus sigilos quebrados, são: Tomorrow e Plano, do primeiro, e RLMG, Sapucaia, Canoieiro e Engesolo, do segundo.

O procurador Aristides Junqueira afirmou, após reunir-se com o presidente da CPMI, Jarbas Passarinho, que poderá pedir a indisponibilidade dos bens dos envolvidos, mesmo que tenham sido repassados a terceiros. Antes de propor a ação por enriquecimento ilícito à Justiça federal, o procurador terá que dispor da relação dos bens dos acusados, fornecida pela Receita Federal, segundo explicou.

De acordo com a Agência Globo, Junqueira afirmou que não esperará a conclusão da CPMI para propor providências relativas ao enriquecimento ilícito.

A comissão se reúne hoje, mais uma vez, para definir quais as empresas que serão ouvidas pelas subcomissões e o calendário de depoimentos de parlamentares para a próxima semana.

Hoje deporá o deputado Fêris Nader (PTB-RJ), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e o senador Saldanha Derzi (PRN), segundo apurou a repórter Sandra Nascimento.